

CUNHA, Marcos Vinicius. **John Dewey**: a utopia democrática. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

RESENHA

Felipe da Costa¹

O livro *John Dewey: a utopia democrática*, de Marcus Vinicius da Cunha, publicado pela editora DP&A no ano de 2001, traz uma análise da obra *Liberalismo, liberdade e cultura*, que foi lançada originalmente nos anos 1930. Com o intuito de reavivar a discussão sobre democracia e mostrar como as formulações de Dewey constroem uma utopia, Cunha aponta aspectos históricos importantíssimos para entendermos as formulações do filósofo americano, o que, sem dúvida, é indispensável para um bom livro de filosofia política. As ideias do filósofo americano dizem respeito aos principais fatos do século XX, como a crise de 1929, o liberalismo americano, o *New Deal* e o socialismo soviético.

Embasado nos escritos do sociólogo húngaro Karl Mannheim, no primeiro capítulo Cunha apresenta a concepção de utopia que irá adotar, distinguindo-a da ideologia; para tanto, esclarece que “a utopia traz sempre um componente de impulso, uma motivação para o futuro, em direção ao desconhecido, sendo que a ideologia estabiliza a vontade e incentiva o conformismo” (p. 16). O autor elucida que o critério proposto por Mannheim para diferenciar ideologias de utopias consiste em “verificar na história, quais ideias verdadeiramente serviram para romper os laços da ordem existente e quais foram úteis apenas para dissimular a realidade e manter o *status quo*” (p. 17, grifo do autor). Ao fim do primeiro capítulo, deixa claro que as utopias tornam-se ideologias quando deixam de buscar um “deve ser” no futuro para afirmar um “é” no presente, enfatizando ainda que “o pensamento utópico faz parte da essência do ser humano: imaginar mundos melhores e lançar-se em busca de sua realização” (p. 27).

¹ Acadêmico do terceiro semestre do curso de Filosofia da Universidade de Passo Fundo e integrante do projeto de pesquisa Pragmatismo, Filosofia e Educação: as interfaces entre experiência, reflexão e políticas de ensino. E-mail: 120543@upf.br.

O segundo capítulo é intitulado “Individualismo e liberdade”, sendo estes dois dos três valores do liberalismo que Cunha afirma serem duradouros na visão deweyana (p. 31). Neste capítulo, o autor faz, primeiramente, um retrospecto da história americana a fim de facilitar a compreensão das formulações de Dewey para o leitor iniciante. Para tanto, traça um panorama dos acontecimentos, tais como a formação de inúmeros monopólios no início do século XX, a luta dos progressistas contra os monopolistas, a alta produção e a baixa nas exportações, fato que culminou na crise de 1929. Em 1933, quando o presidente Roosevelt colocou em prática a política de regulamentação chamada *New Deal*, houve oposição por parte dos liberais, os quais relutavam em aceitar qualquer política que visasse a fins sociais, alegando que essa seria uma afronta à liberdade democrática e à individualidade. Foi nesse período que Dewey elaborou os ensaios analisados por Cunha no presente livro, porém o autor não pretende insinuar que o filósofo americano os tenha elaborado apenas para justificar a medida governamental de Roosevelt, pois vai além do que seria necessário para tal (p. 32-4).

Dewey é um liberal confesso, fato que pode causar embaraço ao leitor iniciante; Cunha procura, porém, mostrar qual é o liberalismo defendido por Dewey. Essa doutrina, formulada por Locke na Inglaterra do século XVII, e reinterpretada por Adam Smith no século XVIII, estabelecia que o indivíduo possuía direitos inalienáveis, não cabendo a qualquer autoridade intervenção. Quanto ao conceito de liberdade, o liberalismo estabeleceu-a como liberdade política e econômica. Contudo, tais formulações de individualismo e liberdade serviram para manter o poder nas mãos de uma minoria e construir oposição a políticas sociais. Tal situação perdurou até o século XIX, quando foram aprovadas medidas de proteção e melhoria nas condições de trabalho, fato que dividiu o liberalismo, explicando o seu descrédito junto à sociedade (p. 36). O liberalismo defendido por Dewey pondera “que a sociedade organizada deve usar os seus poderes para estabelecer as condições sob as quais a massa dos indivíduos tenha real - em oposição à meramente leal - liberdade” (DEWEY apud CUNHA, p. 37).

No campo político, os liberais garantiram a participação do povo nos processos decisórios e na escolha dos governantes pelos governados. Já no campo da economia falharam, pois a história encarregou-se de mostrar como outros meios além do trabalho podem ser usados para a acumulação de capital na mão de poucos, o que gera a pobreza (p. 42).

De acordo com Cunha:

Individualismo e liberdade tornam-se componentes da natureza humana, não da natureza humana entendida como depósito de dons oriundos da bondade divina ou da essência imutável do ser humano, mas da natureza humana vista como aquilo que se realiza nos homens em função de suas ações no mundo concreto (p. 46).

A justificativa usada pelos liberais criticados por Dewey é de que a intervenção do governo na vida dos indivíduos constituía-se em uma afronta à liberdade democrática, e que o indivíduo, através de seus apetites naturais para comprar e vender, poderia suprir as mazelas sociais. Na visão deweyana, não devemos justificar a democracia apelando para a ideia de natureza humana, pois esta é estritamente social, ou seja, muda conforme a época em que se vive. O exemplo de Dewey é que no *Leviatã*, de Hobbes, os mesmos impulsos naturais para a competição são considerados a causa das guerras entre os homens (p. 50).

Ao fim deste capítulo, Cunha deixa claro que a democracia não é algo pronto, mas sim uma construção, algo que elaboramos buscando uma vida melhor (p. 56); elucidada, ainda, que, para “Dewey, a democracia só faz sentido como imperativo moral, jamais como imperativo psicológico ou filosófico” (p. 52).

O terceiro valor duradouro do liberalismo para Dewey - a inteligência - é o tema central do terceiro capítulo do livro de Cunha, que trata também da importância do método científico para a cultura democrática. Para Dewey, embora os liberais tenham contribuído para a conquista da liberdade de pensamento e de expressão, falharam em articular uma teoria capaz de explicar a natureza da inteligência (p. 59), concebida como algo estritamente individual, e não formada pelos indivíduos em conjunto nas suas relações em sociedade. Passemos ao exemplo de Cunha: de acordo com o conceito liberal de inteligência, no caso de uma criança apresentar dificuldades de aprendizado seriam feitos testes para medir o déficit intelectual e, a partir do resultado, medidas seriam tomadas. Nessa concepção, o indivíduo é considerado como ser separado da sociedade. Uma outra abordagem, entretanto, poderia analisar o meio em que a criança vive, como a família; nesse caso, as medidas tomadas seriam outras (p. 61).

Dewey propõe que passemos a fazer uso de um pensar reflexivo, à moda dos cientistas, pois estes não ficam somente no campo da simples formulação de ideias, mas as aplicam praticamente, podendo, desse modo, verificar sua validade. O uso do método

científico no campo político contribui para a formação de uma ordem social democrática. As formulações dos cientistas nunca são tomadas como verdades intransponíveis, são sempre passíveis de correções.

É por isso que, na visão deweyana, a democracia consiste em uma experiência a ser constantemente reformulada, devendo os experimentadores estar com os olhos voltados sempre para o futuro. A democracia é uma profecia que fazemos e nos empenhamos em realizar, e não uma realidade presente ou passada (p. 68).

No quarto capítulo, Cunha dedica-se a analisar as formulações de Dewey com relação a “Marx e o Marxismo” (p. 89). O filósofo americano critica a intensificação da luta entre burguesia e proletariado proposta por Marx, mas concorda com o filósofo alemão quando este pondera que a história foi movida pela luta de classes. Dewey elucida, entretanto, que, embora isso tenha ocorrido, não significa que venha a se repetir.